

NOTAS E RECENSÕES

ACERCA DA DEMOCRACIA EM AFRICA

«*Démocratie pour l'Afrique, la longue marche de l'Afrique noire pour la liberté*» (1), é o mais recente trabalho de RENÉ DUMONT e que vem na sequência de muitos outros onde os problemas do Terceiro Mundo e da África são analisados numa perspectiva crítica, lúcida e construtiva. O interesse da sua leitura decorre precisamente do facto de vivermos um momento histórico particular, em que o clima político à escala mundial e da África em especial conhece transformações profundas, em muitas áreas com consequências extremamente dolorosas. O grande número de conflitos, de refugiados e a intensa efervescência social (as perturbações recentes vividas no Zaire são apenas uma faceta) de que nos apercebemos quotidianamente e por vezes de forma brutal, através dos «media», apenas se podem pôr em paralelo com os acontecimentos que acompanharam e precederam os processos de independência política dos vários Estados africanos. Hoje, todavia, dada a crise profunda e generalizada que afecta as economias e as sociedades em África, num contexto de crescimento demográfico acelerado, de verdadeira pobreza em massa, chocante no fim do século XX, os fenómenos ganham novas proporções.

Sair da crise e encontrar a paz, fundamental para a reorganização do território e o desenvolvimento, são objectivos que, no presente, estão cada vez mais associados à necessidade de impor as vias democráticas e o multipartidarismo nos espaços políticos definidos.

Desde os anos 60 a meta do desenvolvimento tem sido, pelo menos teoricamente, a grande prioridade nos diversos programas dos governos africanos; infelizmente, os resultados traduzem-se globalmente na degradação da qualidade de vida, das condições ambientais, na incapacidade manifesta de atenuar as fortes disparidades socioespaciais. Ao longo de três décadas foram experimentados vários modelos amplamente fundamentados por peritos internacionais, mas que se revelaram incapazes

(1) Editions du Seuil, Paris 1991, 350 páginas.

de produzir um real desenvolvimento. Ora, na década de 90, a democracia surge como a condição prévia para que aquele se produza, responsabilizando-se as actuais estruturas de poder pelos insucessos constatados.

A obra que se analisa debruça-se sobre esta questão, chamando a atenção para o facto da democracia não poder ser considerada, só por si, como uma panacea do desenvolvimento. O Autor que, em 1962, em plena época de euforia associada às recém chegadas independências, escrevera *L'Afrique Noire est mal partie*, com tradução em português *A África começa mal* (2), alertando para alguns erros cometidos no início dum longo caminho para o desenvolvimento, volta a evidenciar, em *Démocratie pour l'Afrique*, muitas questões e reflexões já anteriormente apresentadas. Rotuladas de utópicas na altura em que foram escritas, revelam-se hoje como necessidades absolutas a realizar, se bem que a respectiva concretização se anteveja extremamente difícil.

Todo o conteúdo da obra, à semelhança de outras anteriores, deixa transparecer a grande experiência vivida por RENÉ DUMONT no continente africano, feita de contactos com gente do mato, da cidade, das lideranças políticas, do meio estudantil; é frequente encontrar referências a interrogações levantadas em muitas das conferências realizadas com a presença de jovens africanos, entusiastas defensores da democracia e crentes de que só ela poderá salvar a África do marasmo reinante (note-se que, no fim, em *Annexe. Quelques questions de nos auditeurs africains*, página 331, estão compulsadas algumas das questões citadas).

E, no seu todo, ela constitui uma espécie de resposta às dúvidas daqueles jovens, na sua maioria integrantes da geração de intelectuais a quem caberá a árdua tarefa de solucionar os graves problemas que se põem ao continente no século XXI: se o real desenvolvimento é necessário e não pode verificar-se sem democracia, esta também não poderá implantar-se de forma verdadeira e durável sem uma luta sustentada contra diferentes bloqueios existentes, tais como a persistência de pobreza, a manutenção de tradições regressivas, a subalternização das mulheres, a prossecução do mesmo tipo de relações de cooperação com os países desenvolvidos.

E são estes problemas e outros tantos que constituem as temáticas analisadas ao longo deste livro. A sua estrutura é simples e corresponde ao estilo do autor: duas grandes partes, subdivididas em alíneas, onde se abrem pistas e citam exemplos, mas as situações específicas são tão variadas, que um leitor geógrafo, preocupado e interessado com os impactos da actual dinâmica socio-económica em África, se poderá sentir um tanto desiludido.

A primeira parte, «*Comment en est-on arrivé là? ou la longue marche semée d'obstacles vers la démocratie en Afrique*», estrutura-se em 10 pontos, em que são referidos diversas situações que se impõe ultrapassar, se se quiser construir a democracia, e alguns dos factores que contribuíram para tal.

(2) Publicações Dom Quixote, Lisboa 1965, 413 páginas.

No ponto inicial, «Pas de démocratie vraie avec des paysannes quasi esclaves», ponderam-se as diferentes facetas da situação de subalternização da mulher, frequente nas sociedades africanas e mais marcante nas rurais, aspectos incompatíveis com a implantação eficaz das vias democráticas, nunca assumidas na base de injustiças e desigualdades. É evidente, porém, que só ao longo de gerações se poderá pensar no reconhecimento progressivo e generalizado do estatuto económico e social da mulher.

A seguir, são equacionados alguns dos efeitos da explosão demográfica e urbana, incontroláveis nos nossos dias e cujo ritmo de abrandamento não é previsível, embora pontualmente se registem alguns progressos; as incidências respectivas nos padrões de organização do espaço, na reprodução da pobreza e na acentuada pressão sobre os recursos, são aspectos a reter e a tomar como base de reflexão.

A degradação do ambiente, nas suas múltiplas facetas, é realçada pelo autor no ponto 3, páginas 66 a 80: recuo e degradação das florestas densas e da árvore dispersa no domínio da savana, degradação constante das terras cultivadas, sobrecarga pastoril na «fronteira» do deserto, onde os processos erosivos, os ventos de areia e os incêndios agudizam o risco climático... situações que são problema político, a equacionar «à escala mundial. Se os países desenvolvidos continuam a degradar os climas da terra, os do Terceiro Mundo poderão atingir rapidamente um nível tal, que ameçarão o equilíbrio climático, social e mesmo político do nosso pequeno planeta».

É precisamente o impacto concreto da ordem político-económica dominante que constitui objecto do ponto seguinte — «Pas de démocratie viable en Afrique tant que l'ordre politico-économique dominante continue à l'asphyxier».

Não obstante o número crescente de relatórios e recomendações sobre o ambiente, elaborados por instituições internacionais, a «resolução ecológica continua mais verbal do que real»; as políticas ambíguas do FMI e do Banco Mundial estão em estreita relação com os problemas enunciados, bem como a actuação dos governantes, das burguesias e das burocracias locais que, pelas suas políticas marcadas por despesas excessivas e pela corrupção, acentuam as desigualdades sociais, as condições de pobreza e comprometem o equilíbrio ambiental. Mais à frente, RENÉ DUMONT retoma esta questão, centrando-se concretamente na análise da actuação de alguns governantes africanos e citando como exemplar o caso da Costa do Marfim — «Les gossillages de la tyrannie en Côte d'Ivoire», páginas 147 a 169 — que qualifica de «absolutismo de rosto humano».

Nos pontos 5 e 6 são referidos alguns dos processos de evolução do mundo rural africano registados nas últimas décadas, que envolvem múltiplas acções no sentido de aumentar a produtividade face às exigências crescentes de alimentos (mais de uma centena de milhões de pessoas estão subalimentadas), cujas importações crescem ao ritmo de 7% ao ano, e de divisas. Os excessivos enquadramentos preconizados, quer se trate de políticas agrícolas de orientação socialista mais ou

menos radicais (como a da Tanzania que optou, na sequência da independência, por um socialismo humanista), quer de opção capitalista, como a da Costa do Marfim, são responsabilizados por um cortejo de insucessos dolorosos, apesar de esforços por vezes bem intencionados, mas utópicos ou desajustados da realidade vivida.

Nestas páginas o autor reformula algumas questões já enunciadas em trabalhos anteriores, citando muitos exemplos de experiências levadas a cabo, algumas delas, referentes sobretudo ao Sael, objecto de análise pormenorizada, no seu livro *Pour l'Afrique, j'accuse*, com tradução (nem sempre bem sucedida) em português — *Em Defesa da Africa, Acuso* (*).

A expansão dos grandes regadios, desde as obras imperiais de Gézirah, no Sudão, passando pelo Office do Niger, no Mali, até aos projectos recentes de aproveitamento dos vales do Senegal e do Niger, não tem sido acompanhada pelos resultados esperados, que ficam muito aquém das expectativas: dimensão e custo exagerados, geradores de *déficit* permanente, respectivo impacte ambiental, são, entre outros, factores explicativos de insucesso.

A esta «hidráulica dos grandes construtores» (pág. 138), o autor contrapõe os bons resultados obtidos com experiências diversas de perímetros circunscritos, associados à construção de pequenas barragens escalonadas no curso do rio Senegal, nos quais os camponeses se mostraram amplamente participativos.

A importância da integração da dinâmica do campesinato, organizado em associações que desabrocham um pouco por toda a África, geradoras de francos progressos, é um aspecto a reter na realização dos objectivos em curso no plano da política agrícola. Na página 122 aponta-se a necessidade urgente de se procurarem novos caminhos, bem diferentes dos que se têm adoptado na aplicação das operações de desenvolvimento subordinadas a parâmetros definidos pelos peritos internacionais. Salienta-se o «esquecimento» frequente da especificidade das condições ambientais — solos degradados, precipitações irregulares... — e e sócio-económicas — campesinato pobre e de baixa formação... —, condições que só por si impõem intervenções particularizadas, pouco exigentes em capitais e tecnologia sofisticada, incorporando mão-de-obra pouco qualificada e empenhada na resolução dos seus problemas iminentes.

O fracasso da industrialização do continente, meta a atingir nas estratégias de desenvolvimento seguidas logo a seguir às independências, é objecto do ponto 8. São visíveis por toda a África as ruínas de numerosos «elefantes brancos», que evidenciam o desajustamento dos modelos adoptados pelas burocracias e minorias privilegiadas, detentoras do poder, e que mimetizaram em demasia aqueles que foram utilizados nos países industrializados. Em 1990, no domínio da África Tropical, a participação da indústria no PIB era inferior a 8%, com forte incidência das indústrias ligeiras (70%), e apresentava um ritmo médio de crescimento anual do valor de produção manufactureira que não ultrapassava 3%, tendo sido mesmo pontualmente negativo. Numa análise efectuada

(*) Publicações Europa América, Lisboa, 406 páginas.

por um organismo bancário acerca das possibilidades de investimento na Africa Ocidental, as únicas actividades passíveis de ser rendíveis eram as do sector «bebidas gasosas e cervejas», utilizando produtos importados, e que absorve larga parte do rendimento camponês (no Ruanda, 60 % das receitas da venda do café, produzido no âmbito de pequenas explorações, consumia-se nas cervejarias modernas, em detrimento do consumo das cervejas tradicionais).

A situação de falência industrial aliada à da crise agrícola, uma administração que é pletórica mas cujo número de efectivos conhece reduções drásticas, fruto da aplicação das medidas de ajustamento estrutural do FMI, são condições que reduzem as perspectivas de emprego, enquanto o número de escolarizados e diplomados sem trabalho é cada vez maior.

A proliferação de pequenas actividades urbanas, grosseiramente designadas por sector «informal», reais estratégias de sobrevivência mal aceites pelo Estado, é um fenómeno actual e acompanha a autêntica explosão urbana verificada em Africa.

Esta, associada a uma explosão de «pobreza periférica», chocante em face da ostentação manifestada pelas burguesias, torna fundamentais e indispensáveis, para a maior parte das pessoas, o recurso aos mais diversos expedientes para sobreviver, num contexto de crescimento rápido da população, em contraste com uma oferta regular de trabalho praticamente nula.

Se em 1982 o BIT (Bureau Internationale du Travail) reconheceu estes «produtores», possibilitando-lhes o acesso a ajudas (o autor cita, a título de exemplo, a acção dos bancos populares no Ruanda), é evidente que tal sector não poderá substituir-se a um verdadeiro desenvolvimento técnico e industrial. Com efeito, este é essencial, exigindo, contudo, além da escolha certa dos investimentos, um mínimo de protecção (que não é garantido pelos países industrializados) e também de estruturas de «Estado de direito», capazes de eliminarem a corrupção das alfândegas, da polícia, das burocracias, tão intensa nos dias de hoje.

Na teia definida pressente-se que, cada vez mais, os africanos vão perdendo o domínio do seu destino, em proveito duma minoria pouco preocupada com as liberdades, as necessidades essenciais para sobreviver... onde se incluem muitos dos seus dirigentes e daqueles que se atribuíram a direcção da economia mundial no seio das organizações nascidas em 1944 em Bretton Woods.

Estes, apontando o reais problemas do continente — o relatório do Banco Mundial de 1990 é intitulado «Poverty» —, continuam a afirmar que eles não são devidos a causas exteriores, esquecendo ou subestimando a crise internacional, os choques petrolíferos, o peso da dívida, as vinculações da «ajuda», as perturbações políticas.

Quanto aos regimes políticos, todos eles se debatem hoje com numerosos obstáculos, quer no plano interno, quer no externo, e a democracia terá grande dificuldade em consolidar-se num contexto de grande miséria, e onde larga parte da população é ainda analfabeta e não tem acesso aos cuidados de saúde primários.

Estas questões são equacionadas no ponto 9 — «Les faillites de l'éducation et de la santé compromettent l'avenir de l'Afrique» —, apontando-se alguns dos factores causais já anteriormente enunciados: desajustamento dos programas quanto à realidade, despesas supérfluas e ostentatórias consumindo capitais, efeitos da corrupção, de desvio, *versus* má utilização dos fundos públicos, restrições impostas pelo FMI.

E esta primeira parte termina — «Les tyrannies contre la démocratie et le développement» —, reequacionando-se os efeitos desgastantes e que bloqueiam o real desenvolvimento nos planos social e económicos, imputados aos regimes políticos africanos autoritários e de partido único, largamente dominantes, geradores de estados corroidos a todo momento por grande parte dos responsáveis e da administração: ...«o desrespeito da lei mesmo para aqueles que têm a seu cargo a respectiva aplicação tornou-se a regra» (página 207).

São mencionados diversos casos, entre os quais os do Zaire, da Costa do Marfim, do Togo, dos Camarões, do Burkina Faso.

Mas a esperança num futuro diferente, decorrente de certas evoluções políticas já verificadas em 1990 (basta citar as recentes democracias de Cabo Verde, Benin e S. Tomé) e do crescendo de contestação, por parte de muitos jovens africanos, «não renascerá se as ameaças e todos os riscos do processo não forem melhor entendidos: primeiro o da explosão demográfica, ligada à urbanização delirante, mas também o da degradação do ambiente. Esta situação exige grande esforço de educação em todos os domínios. É uma vontade política...».

E RENÉ DUMONT conclui com um alerta: «as jovens gerações, se conseguirem exercer uma parte do poder, deverão ter mais em conta do que as anteriores tudo o que as rodeia, quer no plano económico, quer no político, social, cultural e religioso».

Elas deverão afirmar uma configuração política precisa, o que pressupõe primeiramente uma escolha de sociedade.

É na segunda parte do trabalho — *La Politique domine ou la difficile recherche d'un développement démocratique en Afrique noire* — que o autor tenta clarificar a ideia apontada.

Recuperando algumas pistas enunciadas anteriormente, refere a necessidade de submeter à reflexão e à discussão as propostas definidas, de molde a que, em cada local, se possa alcançar o clima mais favorável à consolidação da democracia. Acentua que é importante não esquecer a forte e permanente influência e ingerência da ordem económica dominante que, a manter-se sem reacção dos governantes africanos, comprometerá quaisquer esforços deliberadamente assumidos para alterar a situação presente.

Esta parte está subdividida em 6 pontos, cuja sequência é um seguimento da que se encontra na primeira.

Logo no início — «Un project de société: réduire les inégalités» —, se chama a atenção para as dificuldades inerentes à construção duma nova sociedade: uma sociedade onde prioritariamente fossem satisfeitas certas necessidades fundamentais, com respeito pelo ambiente e pelos direitos das pessoas, em particular das mulheres, com estímulo da

educação e saliência para as formas mínimas de ensino mais económicas e generalizáveis, a fim de se dar conteúdo real ao conjunto de liberdades políticas clássicas, com respeito pelas leis existentes, primeiro passo para um Estado de Direito.

É evidente que esta proposta é difícil de concretizar, exigindo um processo longo, certamente tormentoso, e que não resulta apenas com um toque de varinha mágica.

Entre as necessidades fundamentais citadas sobressaem a da educação e saúde para todos — «Education et Santé batissent la démocratie» —, enfatizando-se a ideia de «alfabetização funcional» (pág. 258), dum ensino primário incorporando o conhecimento de «coisas úteis para a vida», da criação, ao nível do secundário, de vias de formação diferenciadas, capazes de criar, não só na função pública, perspectivas aos diplomados, da correcção e ajustamento da estrutura do ensino superior às reais necessidades do país, evitando-se que nele se consumam fracções excessivas dos orçamentos disponíveis em detrimento da alfabetização e do ensino primário. Igualmente para a saúde são apontadas prioridades: a higiene preventiva e os cuidados de saúde primários.

No ponto seguinte — «Paysannerie liberée = démocratie rurale» —, voltam-se a levantar alguns dos problemas relacionados com a marginalização do campesinato, aspecto que é incompatível com a verdadeira democracia. Neste plano são muitas e complexas as possíveis acções a empreender, que começam com a educação de base, capaz de desenvolver as associações culturais, passam pelos incentivos aos aumentos de produtividade (preços, crédito, investigação ajustada às realidades locais, vulgarização) e pela progressiva alteração dos métodos de cultivo que, num contexto de crescimento demográfico e degradação ambiental, exigem a integração, no quadro duma mesma exploração, da agricultura e da criação de gado.

A tomada de consciência das questões do ambiente e das interrelações que nelas se configuram, deverá ultrapassar o quadro central da *administração territorial e envolver a responsabilização das municipalidades* ou das estruturas autóctones de gestão.

Outra preocupação manifestada é a da agudização, de ano para ano, das situações de pobreza, já claramente reconhecidas pelos organismos internacionais, e da subalternização da condição da mulher — «L'éradication de la pauvreté et l'amélioration de la condition des femmes, bases essentielles d'une vraie démocratie».

No relatório do Banco Mundial citado atrás afirma-se que todos nós dispomos dos meios para resolver aquele problema (pobreza), desde que haja vontade política, que os PD mantenham os compromissos que assumiram há 20 anos, afectando à ajuda 0,7 % do seu PIB, que os montantes assim eventualmente disponibilizados actuem eficazmente. Todavia, as perspectivas reais são pouco animadoras: o CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento) prevê que a «ajuda» por si canalizada não aumente mais do que 2 % em 1992, enquanto o nível de desemprego aumentou e os salários reais conheceram descidas de 30 a 50 %. Se a riqueza dos pobres é a sua força de trabalho, será necessário protegê-la,

conservá-la (pelo acesso à saúde, alimentação digna, água potável) e utilizá-la, assegurando a todos o direito a um emprego produtivo.

Teoricamente o princípio é correcto, mas extremamente difícil de alcançar: as reformas económicas a empreender, para minimizar as desigualdades existentes, terão de mobilizar todos de uma forma empenhada, pobres, não pobres, classe média. Trabalho árduo, talvez mais uma utopia, tal como a alteração do estatuto subalterno da mulher, mas a preparar para as novas gerações, exigindo dos poderes políticos empenhamento público.

E o livro termina com dois pontos e uma Conclusão — *Misère des Afriques, détresses des tiers mondes* — que questionam a responsabilidade dos países ditos desenvolvidos e da ordem económica dominante na falência económica e social da África, tratando-se o caso particular da cooperação francesa — «Les ambiguïtés et les responsabilités de la coopération française en Afrique» e «La faillite économique et politique de l'Afrique serait la faillite de la France, de l'Europe et du monde développé». A necessidade de reformulação das modalidades e dos condicionamentos vinculativos das ajudas públicas bilaterais e multilaterais é fortemente realçada, e chama-se a atenção para a acção desenvolvida pelas ONG (Organizações não governamentais), numa das quais RENÉ DUMONT trabalhou entre 1972 e 1989. Os resultados destas acções têm sido francamente positivos, sobretudo quando associados a estruturas ONG nascidas na própria África e portanto mais próximas das realidades vividas.

Se, tal como o autor refere, a África mantiver nas próximas décadas uma evolução semelhante àquilo que até agora se verificou, atingindo quase 1 bilião de habitantes em 2010, não obstante as quebras mais rápidas do que previstas, e já verificadas em 1990, nas taxas de fecundidade, sobretudo urbanas, a esperança que hoje muitos depositam na tão desejada democracia rapidamente se desvanecerá, pois aquela é como «uma flor frágil e só pode expandir-se desde que acompanhada dum mínimo de bem-estar no presente e dum máximo de esperança no amanhã». Daí a necessidade absoluta da erradicação da pobreza.

Se na altura das independências a produção de bem-estar e de riqueza se ligou à necessidade de «queimar etapas», de molde a permitir aos países pobres a integração no pelotão dos países industrializados, ditos desenvolvidos, hoje, constatadas as fraquezas do mundo, importa não conceber como meta a generalização dos modos de vida ocidentais, actualmente apanágio duma minoria privilegiada, a todo o planeta, até porque, atendendo aos recursos energéticos e minerais, isso seria impossível. Mas quem terá coragem para o proclamar, e agir em conformidade?

A distância entre a África e os países ditos desenvolvidos é tão grande que se torna chocante e politicamente intolerável. Intervir, e o autor chama a atenção para o facto, é reduzir os «nossos» gastos supérfluos, as «nossas» agressões ambientais, ganhando-se cada vez mais consciência da interrelação entre todas as áreas do planeta. E na página 317 RENÉ DUMONT é veemente: «...é preciso compreender que os

próprios países desenvolvidos têm o maior interesse em ver a África e o conjunto do Terceiro Mundo seguir o caminho de um outro desenvolvimento, capaz de proteger florestas, climas, águas, atmosfera, (...) o que implica menos desperdício de energia fóssil e também de minerais não renováveis».

Mas, para que isso aconteça, terão de ser os próprios países desenvolvidos a fazê-lo... mais vale, por exemplo, dar empréstimos, condicionados ecologicamente, do que «ajustamentos», até hoje apenas limitativos das despesas com a saúde e a educação. É este aspecto, a «orientação para outro desenvolvimento», na base de uma nova ordem de solidariedade nacional, que se poderia considerar, do mesmo modo que o caminho para a democracia, como uma condição das ajudas exteriores. Esta nova ordem que se impõe poderá ser uma «Nova Utopia», a terceira que o autor subscreve, ao longo dum percurso onde a análise da ordem económica dominante e de tudo o que de absurdo nela se contém foi preocupação fulcral.

ISABEL MARQUES MEDEIROS

CARTO-GRAFIAS OU A REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO DOS COMPUTADORES NA CONCEPÇÃO CARTOGRAFICA

Carto-graphies ⁽¹⁾ é o título do recente livro de SYLVIE RIMBERT, há muito esperado. Após um interregno de mais de uma dezena de anos na publicação de obras de vasta divulgação — em 1977, a autora publicou, com outros, *Introduction à l'analyse de l'espace* —, aguardava-se que S. RIMBERT, profunda conhecedora dos problemas cartográficos actuais, desse o seu contributo para uma nova visão da Cartografia.

A autora é bem conhecida dos geógrafos portugueses, sobretudo da Escola de Lisboa, com os quais mantém proficuas relações científicas desde há largos anos. Entre as suas publicações mais conhecidas, destacam-se em particular *Cartes et graphiques* (1964) e *Leçons de cartographie thématique* (1968), as suas obras mais antigas, e ainda *La lecture numérique des cartes thématiques* (em colaboração com COLETTE CAUVIN, 1976). SYLVIE RIMBERT é actualmente «Directeur de Recherche» no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) em Estrasburgo, sendo responsável pelo *Laboratoire Environnement, Cartographie, Télédétection*.

O livro em questão não é um manual ou uma compilação de técnicas cartográficas. O essencial do seu conteúdo é constituído pela

(1) SYLVIE RIMBERT, *Carto-graphies*, Paris, Hermès, Colecção «Traités des Nouvelles Technologies/Géographie Assistée par Ordinateur», 1990, 176 p., 260 FF.